

# Apresentação<sup>1</sup>

**Elisa Gonçalves Rodrigues**  
**Weverson Bezerra Silva**

*a morte mata, mas os mortos não morrem*  
(DA MATTA, 1987, p.158)

As Ciências Sociais têm desempenhado um papel importante na produção de conhecimento sobre a morte, o morrer e os mortos, oferecendo perspectivas teóricas, empíricas e analíticas que ajudam a entender e interpretar os aspectos sociais, culturais, políticos e psíquicos relacionados a esse tema. Através de variados métodos e epistemologias de pesquisa, em especial o da escrita etnográfica, os/as cientistas sociais têm contribuído para uma melhor compreensão dos significados, rituais, práticas e efeitos - simbólicos e imaginários - da morte nas sociedades.

Nas últimas décadas, destacamos os avanços significativos nos estudos das dimensões culturais da morte, do morrer e dos mortos abordando como valores, tradições e normas socioculturais moldam comportamentos e práticas diante dessa experiência universal. Incluímos ainda as análises das instituições funerárias e suas variações, como os rituais de luto, funerais e enterros, além da investigação do papel social e econômico dessas instituições e as transformações históricas e culturais em suas práticas. Paralelamente, estudos sobre o luto - individual e coletivo - exploram como indivíduos lidam emocionalmente com perdas, especialmente em tragédias coletivas, como a pandemia de Covid-19. Também destacamos as contribuições sociológicas, que analisam a morte e sua relação com as dinâmicas de poder, as desigualdades sociais e as necropolíticas institucionalizadas (MBEMBE, 2018), evidenciando como essas questões influenciam as relações e estruturas sociais em torno da morte.

No âmbito teórico, os estudos sobre a terminalidade humana tornaram-se notáveis em pesquisas produzidas no início do século XX. Sendo assim, as Ciências Sociais contribuem intensamente para e com a produção sobre a morte desde então – não raro, em diálogo com outros campos do saber – e obras de autores como Émile Durkheim (1858–1917), Radcliffe-Brown (1881-1955) e Marcel Mauss (1872-1950)

---

<sup>1</sup> Recebido em 14 de dezembro de 2024; aprovado em 15 de dezembro de 2024.

compõem o início de uma linha etnográfica investigativa a respeito da relação do fim da vida. Ainda, uma nova leva de intelectuais, como Philippe Ariès (1981) e Norbert Elias (2001), surgem a partir da década de 1960.

Constituindo-se como um *fato social total* (MAUSS, 2023) que abarca diversas instituições sociais que gerenciam e agenciam seus desdobramentos, a morte constroi, então, um campo interdisciplinar cada vez mais consolidado nas Ciências Humanas, ampliando, dentre muitas outras questões, as *interpretações culturais* (GEERTZ, 1978) do fenômeno. Parte dessa consolidação é traçada na forma como a morte, os *ritos de passagem* (VAN GENNEP, 1978) e a figura social dos mortos são representados em diferentes esferas, partindo da acadêmica, mas não se restringindo a ela, ampliando suas nuances para as artes visuais, a literatura, a mídia, a música e o cotidiano e diversas outras abordagens que investigam e refletem sobre a memória dos mortos.

Jean Baudrillard (1996) destaca que a sociedade contemporânea tende a distanciar o morto de seu contexto social afastando-o fisicamente, especialmente das igrejas, tal como exemplifica os conflitos que impulsionam movimentos como a secularização das necrópoles. Baudrillard aponta que esse afastamento é legitimado por um novo pensamento sobre pureza e perigo, que se reflete na forma como os ritos funerários foram transferidos para os cemitérios, conferindo-lhes um significado simbólico diferente (REIS, 1991).

Este mesmo afastamento respinga em determinados grupos e corpos biologicamente terminais, desgastados ou socialmente improdutivos (THOMAS, 1983). A partir dessas novas configurações sobre a morte e os mortos, a dinâmica dos rituais e suas funções na sociedade, particularmente na criação e transformação de identidades sociais (TURNER, 1974), passa por grandes mudanças, principalmente tratando-se dos rituais de passagens e das transições sociais, também conceituadas pelo autor como *liminaridade* - fase intermediária de um rito de passagem, onde os indivíduos estão "entre" estados sociais -.

Isto posto, Morin (1970) avança e examina - considerando as dimensões culturais, psicológicas e existenciais do fenômeno -, as práticas funerárias, as crenças sobre a vida após a morte e o papel dos ritos mortuários, atestando sua eficácia simbólica. Ele sugere que essas práticas e crenças refletem a tentativa humana de lidar com o medo da aniquilação e de buscar um sentido para a existência. Segundo ele, nós, os humanos, somos os únicos cientes de nossa própria mortalidade e, ao mesmo tempo, buscamos negar a morte, (re)interpretá-la ou superá-la por meio de sistemas religiosos, mitos e ritos diversos (DE CERTEAU, 1995).

Entre os conceitos mais importantes abordados por Morin, está a ideia de que o enfrentamento da morte é uma parte fundamental da condição humana. Ele argumenta

que a morte, paradoxalmente, dá sentido à vida e influencia o comportamento e as relações humanas. O autor também destaca como a percepção da morte evoluiu ao longo do tempo: de uma visão mais comunitária e ritualística nas sociedades tradicionais a uma concepção mais individual e isolada nas sociedades modernas, onde a morte frequentemente é escondida ou excluída do convívio social.

Assim, compreendendo a extensa gama de investigações possíveis sobre os estudos a respeito da morte, do morrer e dos mortos, elencamos aqui alguns dos campos que desdobram dos debates das Ciências Sociais e Humanas, demarcando os principais e com contribuições substanciais tais como a Antropologia da Morte, Antropologia das Emoções, Antropologia da Saúde, Antropologia da Religião, Antropologia e Arqueologia Forense, Tanatologia, Sociologia, dentre outros, dentre os quais destacaremos nessa apresentação os três primeiros subcampos.

Ponderando esses distintos campos do saber com produções de maior proficiência nas últimas décadas, destacamos com maior centralidade a Antropologia da Morte, que se concentra em assimilar a morte como um fenômeno social e cultural, para além do físico/biológico, por meio das elaborações coletivas que os distintos grupos fazem em torno dela. Seu maior objetivo enquanto campo de investigação é compreender como a morte é vivida e como as pessoas a nomeiam, convivem e constroem sistemas de classificação, dominação e interpretação, constituindo-se, portanto, como uma espécie de *antropotanatologia*, isto é, um estudo das práticas, representações e significados culturais relacionados à morte (THOMAS, 1993).

Neste campo enfatizamos as perspectivas distintas deliberadas a respeito dos ritos fúnebres e rituais de sepultamento, processos ou trabalho do luto e a memória dos mortos que são simbolizados e ritualizados. Realçamos os simbolismos da/na morte e suas repercussões sociais através de símbolos, territórios, alimentos, emoções, datas simbólico-coletivas, projeções espirituais e representações políticas. Para além dessas dimensões, a Antropologia da Morte também se preocupa em compreender a rotatividade, modernização ou o desaparecimento de cerimônias, condolências e cultos, se propondo a examinar a simplificação, aceleração ou mesmo a neutralização afetiva como sintomas da dessocialização da morte localizadas em determinadas culturas.

Já para a Antropologia das Emoções, outro subcampo de estudos que se dedica a compreender como as emoções são experimentadas, expressas e entendidas em diferentes contextos socioculturais, há uma ligação investigativa a respeito da relação entre emoções e cultura, explorando como os sentimentos não são universais e, sim, moldados por contextos culturais, históricos e sociais específicos. Ao contrário de uma visão biologicamente determinista, que tende a ver as emoções como estados universais e inatos, a Antropologia das Emoções busca compreender como cada sociedade

define o que são emoções e quais são suas expressões adequadas.

Enquanto exemplo de tais práticas, reunimos fatores como a variabilidade cultural das emoções considerando a forma como cada grupo nomeia socioculturalmente seus processos através de suas expressões obrigatórias (MAUSS, 2005). Ainda nesta mesma direção, salientamos as formas de sociabilidade (SIMMEL, 1983) e condutas emocionais expostas e interpretadas coletivamente em torno da morte, do morrer e dos mortos. Outro fator de análise são as formas de identidade criadas e agregadas a outros marcadores como gênero, etnia, classe, dentre outros exemplos. Frisamos também o impacto histórico e político, bem como as intersecções com o corpo, evocando e reverberando processos emocionais diversos diante dele ou de sua ausência.

Esses elementos de sociabilidade e identidade mencionados evidenciam como as expressões emocionais e os rituais relacionados à morte são culturalmente passíveis de experiências particulares/coletivas. Ao mesmo tempo em que cada grupo manifesta suas emoções e valores em torno da morte, dos mortos e do processo do morrer, ele também estabelece classificações e narrativas próprias que reforçam a identidade coletiva do grupo, reforçando a coesão ritualística de todos os envolvidos nas práticas-rituais.

No panorama nacional, categorias êmicas de classificação da morte, do morrer e dos mortos para fenômenos inicialmente pontuados pelos clássicos acima apresentados se constroem. No Brasil, a morte é classificada de diferentes formas, como “morte morrida”, “morte violenta”, “morte matada” ou “morte por velhice”. Cada uma dessas classificações reflete uma maneira distinta de especificar a causa da morte, atribuindo também um significado particular a esse fenômeno e seus enfrentamentos, ainda tidos como tabus em muitos contextos no país (RODRIGUES, 1983), como os feitos e ritualizados em comunidades tradicionais e indígenas, pelos outros, nas quais os vários grupos da comunidade se recristalizam à morte de um indivíduo (CUNHA, 1978).

João José Reis (1991) enfatiza uma perspectiva historiográfica regional sobre a morte no Brasil. O autor descreve o processo que levou à proibição dos enterros em igrejas e à criação de um monopólio funerário no início do século XVIII, bem como a resistência a essa transição, que resultou na revolta conhecida como *cemiterada*, ocorrida em Salvador, Bahia. Com a mudança, os rituais de sepultamento, antes realizados nas igrejas, foram transferidos para os cemitérios, gerando uma nova fonte de renda econômica para as funerárias, que passaram a monopolizar essas práticas. Este movimento fez parte do que conhecemos como o processo de secularização dos cemitérios, que envolveu tanto a desvinculação dos espaços de sepultamento da administração e influência religiosa, quanto os novos ideais a respeito da saúde pública e suas relações com o corpo morto.

Sucedendo os aspectos históricos, culturais e simbólicos do morrer, Philippe Ariès (1977) evidencia a transformação das ações ocidentais em relação à morte, destacando o modelo de morte tradicional, como aquela em que a comunidade está presente em todo o processo do morrer. Norbert Elias (2021) complementa essa discussão ao explorar, de forma sociológica, o processo de morrer como um evento cada vez mais solitário e o isolamento dos mortos na modernidade, que reflete as mudanças nas relações sociais e a dificuldade da sociedade moderna em lidar com a morte, ponderando sobre a *solidão do moribundo* e a terceirização dos cuidados com/para a morte, o morrer e os mortos. Tal contexto está presente em práticas contemporâneas da lida com a morte e o corpo que está morrendo ou morto, já que “as famílias passaram a delegar os encargos dos cuidados dos seus moribundos às instituições médicas – então fortalecidas e reorganizadas” (MENEZES, 2003, p.105).

Esse contexto de distanciamento das práticas de cuidado no modelo de morte tradicional tem se desdobrado em novas formas de lidar com a morte e com o corpo do moribundo ou do morto no momento do *pós-mortem*, criando novas experiências do ritual, especialmente no ambiente urbano, onde se desdramatiza ou se descaracteriza cada vez mais a morte, favorecendo, em algum grau, a desculpabilização e superação da angústia através da sofisticação das cerimônias, priorizando a estética e o conforto. À medida que nos afastamos dos cuidados pessoais e os delegamos às instituições especializadas, as expressões de despedida e os rituais de luto tornam-se mais distantes, e em alguns casos, impessoais no processo do cuidado com a morte.

Diante dessa nova maneira de elaboração da morte que se apresenta, Reesink (1995) examina as vivências na comunidade do Alto Reservatório de Casa Amarela, em Recife, analisando as práticas e o imaginário religioso relacionados à morte no contexto brasileiro. Em seu estudo, a autora mostra como as crenças católicas moldam as percepções da morte, influenciam os rituais mortuários e configuram suas representações, destacando a relação dessas crenças na forma como a comunidade compreende o luto e a morte. Calado e Castro (2024) também se preocupam em averiguar as diversas formas representativas da morte em áreas urbanas em Recife. Esses espaços de memórias coletivas e individuais muitas vezes resistem aos conflitos provocados pela especulação imobiliária, que se opõe às pressões de urbanização, destacando assim, a relevância cemiterial e ritualística para as comunidades.

Já autores como Motta (2008) se debruçam a compreender o rito *pós-mortem* e como este está relacionado a uma necessidade social emotiva. No mundo dos vivos, os mortos passam por um contínuo processo de memória e recordação, aproximando o indivíduo ao grupo social ao qual o falecido pertence. Estas representações reverberam em crenças e práticas que configuram as experiências humanas relacionadas

ao fim da vida, destacando a morte como um evento social, simbólico e que configura, portanto, distintas *sociabilidades nos espaços da morte na vida vivida* (RODRIGUES, 2023).

A partir dessa concepção, retomando Morin (1970), Martins (1983) argumenta que a morte está intrinsecamente ligada à concepção de vida, sendo ambas partes de um único processo. Ele defende que não se pode discutir a morte sem remeter à vida, pois esses fenômenos são complementares. No entanto, surge a questão: *quais vidas estamos discutindo? E quais mortes são reconhecidas como sujeitas ao direito de enlutamento?* Butler (2015) destaca que uma vida só é plenamente considerada como tal quando sua perda é digna de luto, o que implica dizer que a condição de ser enlutada é fundamental para que essa vida seja preservada e valorizada. Dessa forma, a apreensão de uma vida enquanto precária e passível de luto é o que torna possível seu reconhecimento.

É a partir da potencialização e reverberação dessas indagações que a morte e os mortos, especialmente no Brasil, passam a protagonizar as discussões acadêmicas, mas não só. O debate torna-se político. A vulnerabilidade humana, os efeitos da violência e os processos de luto, com foco em como essas dinâmicas afetam as noções de humanidade e os direitos fundamentais, é o que nos possibilita refletir criticamente sobre as condições de precariedade que marcam a vida humana, particularmente em contextos de violência e conflito (BUTLER, 2019).

Nos estudos sobre necropolítica, Achille Mbembe (2018) destaca a violência direcionada aos corpos negros, genocídios, massacres, extermínios de minorias e políticas de marginalização que visam normalizar o poder. Este poder soberano é o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Ele exerce um controle total sobre o corpo, sobre a vida e a morte de certas populações (MBEMBE, 2018; FRANCO, 2021). Por sua vez, Medeiros (2016) reflete sobre o pós-morte como o início da *vida social dos mortos*, analisando como o Estado, a partir de suas margens, constroi os mortos e expressa valores punitivistas, proibicionistas e elitistas. Ela aponta como esses dispositivos estatais atuam no controle social da população negra, pobre e marginalizada, delineando uma forma de necropolítica voltada para o controle e a subordinação dessas populações (MEDEIROS, 2023).

Ainda nas investigações sobre as diversas formas de controle dos corpos, mesmo depois de mortos, o *biopoder* (FOUCAULT; 2008) também torna-se uma ferramenta de controle sobre as diretrizes da morte, do morrer e dos mortos a partir da Antropologia da Saúde, que também produz sobre tal tríade de estudos. A Antropologia da Saúde torna-se então uma subdisciplina que passa a investigar os fenômenos relacionados à saúde, doença e cura em diferentes sistemas e grupos sociais. Ela examina

como aspectos culturais, sociais, econômicos e históricos influenciam as percepções e práticas de saúde, e busca entender como diferentes populações vivenciam e respondem ao adoecimento e à busca por tratamentos, curas e/ou cuidados paliativos, temática trabalhada com maior precisão contemporaneamente. Um de seus focos está em compreender a experiência humana da saúde e da doença, considerando tanto as práticas médicas convencionais quanto as tradicionais ou alternativas.

Neste campo, pesquisadores como Silva e Franch (2023) destacam que, embora a morte seja um *fato social*, sua vivência é única e subjetiva, variando conforme as trajetórias de vida dos pacientes terminais em cuidados paliativos. A comunicação da morte é um momento crítico, onde o paciente perde sua individualidade e é tratado como “o corpo” após a constatação do óbito. Já Menezes (2004) desenvolve um *modelo de morte contemporânea*, questionando a medicalização da morte e sugerindo que os cuidados paliativos devem ser integrados a uma visão mais ampla de assistência que leve em conta a experiência subjetiva dos sujeitos. Em sua obra, o conceito de *boa morte* é explorado como um ideal que varia entre diferentes culturas e contextos sociais, mas que se centra na ideia de um morrer sem sofrimento, com respeito e em condições que promovam “qualidade de vida”. A “morte humanizada” está relacionada às “reivindicações do direito a morrer com dignidade, com destaque para a noção de qualidade de vida no tempo que resta” (MENEZES, 2003, p. 370).

Com base nas discussões anteriores sobre as diferentes culturas e contextos sociais, é possível observar a expansão do debate para outras áreas, como a Antropologia da Religião, fazendo um recorte especialmente no contexto da pandemia de Covid-19. Silva (2020) aborda os “ritos possíveis” de morte durante esse período, destacando a impossibilidade de realizar bênçãos presenciais por líderes religiosos. Diante disso, essas cerimônias passaram a ocorrer remotamente, utilizando tecnologias como chamadas de vídeo. A autora enfatiza que, embora o número de parentes ao lado do corpo do falecido tenha sido reduzido, a conexão emocional e espiritual foi mantida por meio dessas novas formas de ritualização.

A partir desse breve balanceamento, percebemos então que o trânsito da morte, do morrer e dos mortos percorre diversas camadas de estudos e investigações nas Ciências Sociais. No entanto, também chamamos atenção para outras possibilidades e particularidades representativas do fenômeno, como os presentes nas comunidades tradicionais ou que herdaram suas tradições étnicas praticadas. É o que Manuela Carneiro da Cunha (1978) se propõe a investigar quando foca nas relações das comunidades indígenas com a morte, os mortos e o mundo espiritual, analisando como esses conceitos permeiam e moldam as cosmologias, práticas e a própria visão de mundo dos povos ameríndios. Interessada nas dinâmicas entre os mortos e os outros, a auto-

ra explora a percepção dos indígenas sobre o “outro mundo”. Ainda, se debruça sobre diferentes cosmologias indígenas da América do Sul, evidenciando a profundidade e complexidade com que esses povos lidam com a morte e o “ser outro”, que transcende o conceito de morte na perspectiva ocidental.

A partir de todos os campos de análise pontuados e exemplos elencados, é possível notar que as construções discursivas em torno da morte, do morrer e dos mortos postulam, culturalmente, verdades posicionadas (ABU-LUGHOD, 2018) em torno de seus *processos-rituais*. Esses diferentes cenários associados à morte envolvem não apenas uma abordagem teórico-metodológica, mas também a criação de desdobramentos que buscam trazer a morte para o centro das discussões sociais e acadêmicas. Ao colocarmos a morte em cena, compreendemos a sua manifestação em diversos espaços e atividades, como associações, grupos de pesquisa, grupos de estudos, projetos de extensão e eventos científicos. Essa centralidade nos permite abordar a temática para além da ordem científica, ética e política, o que nos oportuniza debatê-la sob múltiplos ângulos, óticas e movimentos.

Tais desdobramentos e interesses de pesquisa abrangem também esferas institucionais nacionais como Grupos de Pesquisa e de Grupos de Estudos que se voltaram, especialmente nas últimas décadas, às investigações a respeito da morte, do morrer e dos mortos. Destacamos a nível nacional a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), fundada em 2004, que reúne pesquisadores de todas as áreas e campos do saber a partir de um pilar em comum, os estudos cemiteriais, mas que se expande para outras possibilidades analíticas como os estudos arqueológicos, antropológicos, históricos, geográficos, dentre outros saberes, que nos possibilitam entender a morte a partir de outras lentes. São discussões que também ocorrem no NAU Cemiteriais, que é vinculado ao Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da Universidade de São Paulo (USP).

As atividades do Grupo de Estudos em Antropologia da Morte (GEAM) também possuem proposições semelhantes, mas em outra área, também congregando pesquisadores do país de distintas formações - ainda que antropólogos e antropólogas sejam a maioria dos/das integrantes - para diálogos, proposições e pesquisas coletivas. O grupo, mensalmente, propõe debates desde o ano de 2023 acerca da temática nos variados eixos da morte, do morrer e dos mortos, como a morte a partir das emoções, da tecnologia, do Estado, dentre outros espectros investigativos.

Já o projeto ANTROPOCOVID, sediado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é composto por pesquisadores interinstitucionais. O projeto é denominado “Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológicas em populações em

situação de vulnerabilidade e precariedade social”, e tem como objetivo analisar as diferentes respostas não farmacológicas praticadas tanto através das políticas públicas de saúde, quanto das políticas locais das diferentes populações em situações de precariedade social, em risco e vulnerabilidade.

O movimento feito por associações têm se intensificado, como o que ocorre na Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO), que é um coletivo social que luta por justiça e memória às vítimas fatais e também pela garantia e acesso aos Direitos Humanos constitucionais dos sobreviventes da Covid-19. Enquanto que o grupo LUTE - Luto e Terminalidade, da Universidade de São Paulo (USP), desenvolve atividades desde 2020, se dedicando aos estudos do luto, das vivências relacionadas à terminalidade, à morte, ao suicídio, promovendo encontros abertos a respeito do processo da morte em suas mais variadas nuances.

Também é possível notar o avanço destes debates em reuniões e eventos científicos propostos nos últimos cinco anos no Brasil e no exterior como a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Simpósio Amazônico de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), Jornadas de Antropologia da Universidade de Campinas (UNICAMP), Encontros nacionais da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), Congressos internacionais das Imagens da Morte e Congressos da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB).

Ainda, a morte, o morrer e os mortos têm se tornado presente em publicações feitas em periódicos nacionais. É o caso da Revista M - Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer (UNIRIO), mas também de dossiês temáticos apresentados em outros periódicos como a Revista Mediações (UEL) com o dossiê “A Morte e o Processo de Morrer nas Ciências Sociais: Perspectivas Sobre Um Fenômeno Multidimensional”. A Revista Sala Preta (USP) com o dossiê “Quando o assunto é a morte”. A Revista Mythos (UEMASUL) com o dossiê “A morte desvendada: percepções sobre o além do mundo antigo e medieval”, e por fim esta revista, a CADECS (UFES), com o dossiê “A morte, o morrer e os mortos: abordagens a partir das Ciências Sociais”.

Dada a amplitude e potencialidade do tema ainda pouco investigado - se comparado a áreas mais consolidadas das humanidades -, e que tem alcançado diversas instituições e pesquisas, a proposição deste número da Revista Caderno Eletrônico de Ciências Sociais (CADECS) foi fomentar debates distintos sobre as complexidades e singularidades que envolvem os estudos da morte, dos mortos e do morrer em contextos urbanos, hospitalares, cemiteriais, funerários, ritualísticos, religiosos, políticos, afetivos/emocionais, de saúde e formas de *necropolíticas* dentro dos 13 (treze) artigos aqui apresentados, que versam em maior ou menor grau as nuances da temática.

Começamos então pela reflexão de Keila Cristina de Souza Soares em “Tra-

vessia: viver enquanto se morre - construções e ressignificações durante o câncer”, no qual a autora reúne considerações sobre a íntima experiência de acompanhar o adoecimento do esposo diagnosticado com câncer metastático. No decorrer do processo de tratamento, a morte tornou-se uma presença constante, exigindo enfrentamento das suas complexidades e promovendo uma ressignificação da vida frente à iminência do fim para o paciente e para a família. A experiência pessoal da autora é utilizada como ponto de partida que investiga como a morte é percebida e abordada nas sociedades contemporâneas, bem como os processos de (re)elaboração que envolvem a vida e a doença em contextos de finitude quando estes atenuam o estado de “viver-morrer”, tensionando a coexistência da vida e da morte.

Caroline Pereira Dias e Maria Catarina Chitolina Zanini no artigo intitulado “Entre a vida e a morte: a permanência das coisas como continuidade em contexto familiar”, discutem, a partir de uma etnografia realizada em contexto familiar, a relação entre pessoas e os objetos deixados por entes queridos falecidos. Com uma abordagem ecológica, o estudo investiga como esses objetos ocupam um lugar simultâneo no mundo dos vivos e dos mortos, proporcionando uma dimensão de continuidade e de permanência. Partindo de uma “etnografia de dentro”, que examina as interações cotidianas das pessoas com esses pertences, a pesquisa revela que conservar esses objetos representa uma forma de lidar com a ausência e de preservar a presença dos falecidos no ambiente familiar, estabelecendo uma ponte afetiva e simbólica entre passado e presente.

O artigo de Paloma Barcelos Teixeira intitulado “Ghost bikes: iconografia da morte e externalização do luto na cidade de Vitória/ES”, destaca como as “bicicletas fantasmas”, entendidas como cenotáfios urbanos, estão para além de uma demarcação trágica de óbitos e acidentes urbanos, tornando-se ferramentas fundamentais para a externalização, ritualização e suporte do luto no espaço público, representando assim a interação da população com esse ícone da morte disposto na cidade. A autora empreende suas reflexões baseada na mobilização do Coletivo Pedalamente, grupo que participa ativamente da produção das Bicicletas Fantasmas na urbe, buscando compreender o movimento cicloativista em Vitória-ES enquanto potencializador na transformação do luto individual em luto coletivo na/da cidade.

Felipe Magno Silva Pires e Sérgio Ivan Gil Braga refletem no artigo “Por que enterrar na várzea?: concepções sobre a morte e o morrer para um povo tradicional camponês que habita à margem do rio Solimões, Amazonas”, sobre a visão de uma comunidade tradicional de várzea no Amazonas a respeito da morte e as práticas de sepultamento. Localizados às margens do rio Solimões, esses comunitários mantêm o costume de enterrar seus mortos próximos de suas residências. No entanto, a erosão

fluvial, resultado do ciclo de cheias e vazantes do rio, frequentemente leva partes do cemitério comunitário para as águas, gerando perdas ao longo do ano. Embora exista a opção de realizar os enterros em terra firme, o povo tradicional opta por manter os corpos no terreno instável da várzea, desenvolvendo estratégias específicas para preservar as urnas funerárias e evitar que sejam levadas pelo rio, demonstrando um forte vínculo cultural e territorial com essa prática a partir de um sistema de crenças local.

O artigo “Itinerário do corpo morto e terceirização dos cuidados: a morte como negócio” de Karla de Souza Magalhães e Rachel Aisengart, examina os cuidados dispensados aos corpos dos mortos no Brasil, com enfoque na transferência gradual da responsabilidade desses cuidados, antes centrada nas famílias e comunidades, para empresas de serviços funerários terceirizados. As transformações sociais ao longo do século XX impulsionaram o crescimento do mercado funerário no país, especialmente a partir da década de 1980, tanto em grandes centros urbanos quanto em pequenas cidades do interior. O estudo analisa como os serviços funerários se ampliaram para abranger uma variedade de procedimentos e cuidados desde o momento do falecimento até o sepultamento ou cremação, refletindo mudanças significativas nas práticas e nos valores associados ao tratamento dos mortos na sociedade brasileira.

No debate sobre saúde, pandemia e ritos, o texto “E por falar em saudade: a morte e o luto online em tempos de COVID-19” de Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski, Joana Carolina Zuqui, Natália Ferreira de Amorim e Nayara Prado Sobrinho, enfatiza a morte enquanto fenômeno social que, ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais, inspirou variadas explicações, representações e práticas ritualísticas voltadas a negar sua condição finita. As autoras, compreendendo tal variabilidade, se voltam para o período pandêmico a fim de investigar as modificações em torno da morte, especialmente no que tange aos rituais e ao luto, devido às restrições sanitárias, averiguando como os ambientes virtuais se tornaram uma alternativa para a expressão do luto e aceitação da perda, bem como para a preservação da memória dos mortos.

Nesta mesma direção, Flávia Ferreira Pires, Laura Marques Lopes, Mohana Ellen Brito Morais Cavalcante e Pedro Henrique Gomes da Paz no artigo “‘Minha mãe não morreu. ela continua viva, mas no meu pensamento’: o luto para crianças e adolescentes em orfandade pela COVID-19”, se propõem a compreender as vivências de luto enfrentadas por famílias que perderam entes queridos para a Covid-19 e que são beneficiárias de um programa de transferência de renda. Os achados da pesquisa indicam que, além da perda parental, essas famílias lidam com um luto continuado e profundo. Para interpretar esse processo, o estudo aborda temas como os impactos dos rituais fúnebres suspensos, a medicalização individual como resposta ao luto coletivo, a gestão deficiente da crise pela administração Bolsonaro e o papel da memória,

especialmente entre crianças e adolescentes, como forma de manter viva a presença dos ausentes.

Já no contexto social e político, Evandro Cruz Silva apresenta em seu texto “A verdade jurídica e seus tempos. Comparação entre o Auto de Resistência e a Pena de Morte no Brasil oitocentista” um duplo exercício de análise comparativa sobre os dois produtos jurídicos que traz em seu subtítulo. Ainda que opte por uma abordagem genealógica, o artigo não se furta a utilizar-se da crítica histórica sobre as formas de apropriação discursiva e de instrumentalização jurídica da pena capital de morte e dos autos. Desse modo consegue observar, em ambos, tanto a continuidade sociológica de uma tecnologia jurídica orientada por práticas racializadas de controle social, quanto a diacronia dos diferentes pressupostos e alocação de poderes que dão sentidos próprios e revelam pressupostos diversos para cada uma dessas ferramentas jurídicas.

Enquanto que as reflexões de Olof Ohlson e Bruna Potechini no artigo “As vidas políticas dos mortos e os novos lugares dos desaparecidos no México” exploram, por meio de uma abordagem etnográfica, a forma como as famílias das vítimas da violência no México se engajam para fortalecer as “vidas políticas dos mortos”. Esse fenômeno se manifesta tanto nas ruas, em protestos, quanto nos altares políticos erguidos durante as celebrações do Dia dos Mortos, uma importante festividade religiosa mexicana. Entretanto, o rito praticado para com as pessoas desaparecidas no México desafia essa prática tradicional: muitas dessas vítimas nunca foram encontradas ou sepultadas, e seus familiares ainda mantêm a esperança de que estejam vivas. Para essas famílias, os desaparecidos ocupam um espaço ambíguo — eles não são nem mortos nem vivos, o que os torna incompatíveis com as homenagens do Dia dos Mortos, não impossibilitando outras manifestações, fazendo desses ritos um apelo por justiça.

Ainda nesta proposição, o debate do texto “Ontologías y topografías del terror: Trazados etnográficos en torno a cadáveres de personas asesinadas por la represión en el libro de morgue de 1976, en Córdoba, Argentina” apresentado por Lucia Rios também compila investigações sobre a vida social dos mortos. A partir de uma pesquisa etnográfica com documentos, a autora se preocupa em entender o tratamento dos cadáveres de pessoas assassinadas por práticas repressivas ocorridas em Córdoba, na Argentina, na década de 70, e nos modos de trânsito entre vivos e mortos a partir dos sentidos políticos que determinados corpos apresentavam durante a ditadura cívico-militar argentina.

Calvin Da Cas Furtado em “Caminhar entre covas de decomposição rápida: população em situação de rua e a reprodução da invisibilidade social”, se debruça a compreender, a partir de suas deambulações entre as cruzeiras numeradas do cemitério do Campo Santo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o quanto determina-

dos espaços dentro das necrópoles são invisibilizados, tal qual seus mortos, que no artigo são pessoas em situação de rua, tendo direito apenas às covas de decomposição rápida e a uma não-memória por serem vidas marginalizadas, não comerciáveis e improdutivas socialmente.

Na abordagem audiovisual, Lucas Bitencourt Fortes no artigo “O que os mortos-vivos nos ensinam? reflexões sobre a morte a partir do cinema de horror de George Romero” propõe uma análise dos mortos-vivos como figuras pedagógicas no universo do horror, focando no cinema do diretor americano George Andrew Romero. Longe de serem apenas ícones monstruosos, esses seres trazem reflexões profundas sobre o contexto histórico e cultural de onde emergem, abordando temas sociais, políticos e existenciais. Ao explorar os mortos-vivos, o artigo revela o poder dessas figuras de confrontar a morte e questionar a finitude humana, oferecendo ao espectador lições valiosas sobre os medos, as crises e as inquietações da sociedade contemporânea.

Já nas proposições do texto “A morte e o Ensino de História: estudo de caso do livro didático História, Sociedade & Cidadania de Alfredo Boulos Júnior”, Felipe Tito Cesar Neto busca promover um diálogo entre o campo da História da Morte e o Ensino de História, integrando a noção de “passados sensíveis” para explorar uma reflexão sociocultural sobre esse tema. Ao abordar a morte, o estudo oferece uma perspectiva inovadora para enriquecer o ensino, focalizando uma temática historicamente pouco abordada tanto na pesquisa acadêmica quanto nas práticas pedagógicas em sala de aula. A proposta visa ampliar a compreensão histórica e cultural da morte, oferecendo novas possibilidades para a construção de saberes no ensino de História.

Esperamos que as pesquisas apresentadas ofereçam novas perspectivas a partir das Ciências Sociais, analisando o sistema sociocultural que dá sentido à morte, ao morrer e aos mortos diante de sua natureza universal, mutável e multiplamente experienciável. Reunimos, portanto, reflexões que demarquem as transformações seculares, a reorganização de agentes sociais e as experiências em torno da morte no cotidiano contemporâneo, no lugar social dos mortos e dos ritos a eles associados em diferentes escalas da vida social e da vida vivida.

Boa leitura!

## Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. A Escrita contra a cultura. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 5, n. 8, p. 193-226, 23 nov. 2018.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 1977.

- ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Autêntica Business, 2019.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CALADO, Pollyana de Freitas ; CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de; RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres; (Org.). **Memórias póstumas: arqueologia cemiterial em Pernambuco [recurso eletrônico]**. Recife: **Ed. UFPE**, 2024.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- DA MATTA, Roberto. **A Casa & A Rua: Espaço, Cidadania, Mulheres e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- DE CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Papyrus Editora, 1995.
- ELIAS, Norbert. 2001. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FRANCO, Fábio Luis. **Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade**. Ubu Editora, 2021.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Kooogan, 1989.
- REESINK, Mísia Lins. **Morte, Católicos e Imaginário: o caso do Alto Reservatório, Casa Amarela**. Dissertação de mestrado apresentado no programa de pós-graduação em Antropologia da UFPE. Recife 1995.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983.
- RODRIGUES, Elisa Gonçalves. **Espaços da morte na vida vivida e suas sociabilidades no Cemitério Santa Izabel em Belém-PA: Etnografia Urbana e das Emoções numa cidade cemiterial**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.
- SILVA, Andreia Vicente. "As 'ritualizações possíveis' do velório e do enterro na pandemia." **DILEMAS** – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020, pp. 1-12.
- SILVA, Weverson Bezerra; FRANCH, Mónica. Vivenciar o sentido da morte. **MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 28, n. 1, p. 1-21, jan.-abr. 2023.

- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 Edições: São Paulo, 2018.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Edições Cosac Naify, 2003.
- MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória dos sentimentos**: funerais orais funerários australianos. Ensaios de sociologia. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1921].
- MENEZES, Rachel Aisengart. **Um Modelo para Morrer**: última etapa na construção social contemporânea da pessoa?. Campos 3:103-116, 2003.
- MENEZES, Rachel Aisengart. **Em busca da boa morte**: antropologia dos cuidados paliativos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- MEDEIROS, Flavia. **Matar o morto**: uma etnografia do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2016.
- MEDEIROS, Flavia. Matabilidade como forma de governo: violências, desigualdades e Estado numa perspectiva comparativa entre Florianópolis e Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 29, n. 65, e650405, jan./abr. 2023.
- MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Europa-América, 1970.
- SIMMEL, Georg. **Simmel**: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- MOTTA, Antonio. **À flor da pedra**. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Massangana, 2009.
- TURNER, Victor. **O processo ritual**. In. Liminaridade e Communitas Petrópolis: Vozes, 1974.
- VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.